

EDUCAÇÃO E POBREZA: O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO EM CORUMBÁ-MS

EDUCACIÓN Y POBREZA: EL PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EN LA PERCEPCIÓN DE LOS ALUMNOS DE BACHILLERATO DE CORUMBÁ-MS

EDUCATION AND POVERTY: THE BOLSA FAMÍLIA PROGRAM IN THE PERCEPTION OF HIGH SCHOOL STUDENTS IN CORUMBÁ-MS

Bárbara Amaral MARTINS¹
Fabiano Quadros RÜCKERT²

RESUMO: O objetivo deste artigo consiste em analisar as percepções socialmente construídas sobre o Programa Bolsa Família (PBF), com ênfase em sua relação com a Educação, tendo como público-alvo um grupo de estudantes matriculados no 1º ano do Ensino Médio em duas escolas públicas da cidade de Corumbá-MS. O estudo contou com 23 participantes, sendo 14 deles beneficiários do programa, e nove não beneficiários. Os dados referentes às percepções dos estudantes sobre o PBF foram coletados por meio de questionários e, posteriormente, analisamos qualitativamente a partir das técnicas da Análise de Conteúdo. Os resultados indicam que os estudantes consultados, especialmente os não beneficiários do PBF, possuem um conhecimento superficial sobre o programa e também apontam para a existência de divergências entre as percepções de estudantes beneficiários e não beneficiários no modo de conceber o programa e sua condicionalidade educacional, bem como nas expectativas em relação ao prosseguimento dos estudos/atuação profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Programa bolsa família. Política social. Ensino médio. Percepções de estudantes.

RESUMEN: *El artículo analiza las percepciones socialmente construidas a cerca del Programa Bolsa Familia (PBF), con énfasis en su relación con la Educación. La investigación desarrollada fue dirigida a un grupo de estudiantes matriculados en la escuela de nivel secundario de dos instituciones públicas de Corumbá-MS. El grupo contó con 23 participantes, 14 de los cuales en la condición de beneficiarios del programa y nueve no. Los datos que registran las percepciones de los estudiantes a cerca del PBF fueron recogidos con la aplicación de un cuestionario y, posteriormente, fueron analizados cualitativamente utilizando las técnicas de Análisis de Contenido. Los resultados indican que los estudiantes consultados, especialmente los que no se benefician del PBF, tienen un conocimiento superficial del programa; además, los dato también señalan la existencia de divergencias entre las percepciones de los estudiantes beneficiarios y no beneficiarios en la forma de interpretar el*

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Corumbá – MS – Brasil. Professora Adjunta no curso de Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação em Educação. Doutorado em Educação (UNESP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4278-1661>. E-mail: barbara.martins@ufms.br

² Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Corumbá – MS – Brasil. Professor Adjunto no curso de História e no Programa de Pós-Graduação em Educação. Doutorado em História (UNISINOS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0887-5851>. E-mail: fabiano.ruckert@ufms.br

programa y su condicionalidad educativa, así como las expectativas respecto a la continuación de estudios/desempeño profesional.

PALABRAS CLAVE: *Programa bolsa familia. Política social. Escuela secundaria. Percepciones de los estudiantes.*

ABSTRACT: *The objective of this paper is to analyze the socially constructed perceptions about the Bolsa Familia Program (PBF), with an emphasis on its relationship with Education, having as target a group of students enrolled in the 1st year of High School in two public schools in the city from Corumbá-MS. The study had 23 participants, 14 of whom were beneficiaries of the program and nine, non-beneficiaries. The data regarding the students' perceptions about the PBF were collected through questionnaires and, subsequently, we analyzed qualitatively using the techniques of Content Analysis. The results indicate that the students consulted, especially the non-beneficiaries of the PBF, have superficial knowledge about the program and also point to the existence of divergences between the perceptions of beneficiary and non-beneficiary students in the way of conceiving the program and its educational conditionality, as well the expectations regarding the continuation of studies/professional performance.*

KEYWORDS: *Bolsa família program. Social policy. High school. Students' perceptions.*

Introdução

A maneira de se compreender a pobreza não é unânime e, muitas vezes, esse entendimento tende a naturalizá-la ou culpabilizar o “pobre”, visto como aquele a quem falta algo, geralmente, bens materiais (CAPUCHA, 2004). Entretanto, acredita-se que os efeitos da pobreza não se restringem à insuficiência de renda, a qual se expressa nos hábitos de consumo, mas envolve a precariedade no acesso a serviços de saúde, educação, saneamento, infraestrutura, qualificação profissional, etc. Sob essa ótica, o combate à pobreza não se resume na garantia das condições mínimas de subsistência, mas envolve a qualidade de vida e as condições para o desenvolvimento pleno, o que implica no acesso à uma educação escolar qualificada. Logo, a pobreza deve ser compreendida enquanto problemática social originada da própria estrutura da sociedade e cuja compreensão (ou naturalização) tem implicações nas políticas públicas.

A educação é um ato político e, como tal, tem papel no enfrentamento da pobreza. Nesse sentido, cabe esclarecer que educação e política são práticas distintas, mas que se aproximam e se configuram como modalidades da prática social. Na sociedade de classes, marcada por interesses antagônicos, essas modalidades possuem dependência recíproca, porém, é maior a da educação em relação à política, da qual derivam as condições objetivas da prática pedagógica.

Há, contudo, uma relativa autonomia por parte da educação que permite colocá-la a serviço dos interesses dos educandos, de modo a potencializar sua prática política (SAVIANI, 2018). É sob o viés da possibilidade de transformação social por meio da educação enquanto prática específica de apropriação da cultura historicamente construída e de desenvolvimento humano, que tomamos como objeto de análise o Programa Bolsa Família, que, na sua essência, é uma política social de enfrentamento da pobreza.

A ideia de que a pobreza é indesejável e que precisa ser superada mediante intervenções políticas não é nova (GEREMEK, 1988; WOOLF, 1989). No decorrer dos últimos séculos, esta ideia coexistiu com diferentes práticas de identificação, classificação e controle dos pobres e produziu o que Mourell (2002) chamou de “*legitimación social de la pobreza*”. Na sua etapa mais recente, iniciada na segunda metade do século XX, o enfrentamento da pobreza tem sido considerado condição para garantia dos Direitos Humanos e, ao mesmo tempo, tem motivado ações políticas voltadas para a efetivação dos direitos fundamentais, dentre os quais se destacam a educação e a proteção da infância e da adolescência (MINETTO; BECK, 2019).

Revisando a história do enfrentamento da pobreza e concentrando nossa atenção no tratamento da infância pobre, podemos identificar duas importantes mudanças ocorridas no decorrer dos séculos XIX e XX. A primeira mudança diz respeito ao surgimento do *menorismo* e a construção de um tratamento jurídico diferenciado para crianças e adolescentes infratores da lei; e a segunda foi o reconhecimento de que o Estado possui o dever de assegurar condições para o pleno desenvolvimento das crianças. Segundo Zanella (2019), o *menorismo* ganhou forma inicial nos Estados Unidos do século XIX e foi marcado pela ênfase na punição do menor infrator e pela supressão do *pátrio poder* de genitores considerados inaptos para educação dos filhos. Cabe ressaltar que apesar do seu aspecto moralista e de atingir especialmente as famílias pobres, o *menorismo* fomentou uma importante discussão sobre a responsabilidade do Estado com a formação da criança. Posteriormente, com a Declaração dos Direitos da Criança, adotada pela ONU em 1959, esta discussão superou a ênfase na punição do menor e colocou em pauta a necessidade de políticas públicas voltadas para garantir o acesso de todas as crianças ao ensino escolar, à saúde, ao esporte e à cultura.

O Brasil, país considerado em desenvolvimento e cuja desigualdade social é de grande magnitude, reafirmou o seu compromisso com a proteção da infância e da adolescência na Carta Constitucional de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 1990. Atualmente, o Brasil tem no Programa Bolsa Família um instrumento para transferência direta e condicionada de renda a fim de minimizar os efeitos mais imediatos da pobreza. Além disso,

as condicionalidades referentes à Saúde e à Educação objetivam o rompimento do ciclo intergeracional da pobreza.

A Tabela 1 apresenta valores do ano de 2019 para famílias em pobreza ou extrema pobreza, referentes ao tipo de benefício e possibilidade de acumulação.

Tabela 1 – Tipos de benefício do Programa Bolsa Família em 2019

Benefício	Pobreza	Extrema pobreza	Possibilidade de acumulação
Básico	R\$ 0,00	R\$ 89,00	0
Variável de 0 a 15 anos	R\$ 41,00	R\$ 41,00	5
Variável à gestante	R\$ 41,00	R\$ 41,00	0
Variável nutriz	R\$ 41,00	R\$ 41,00	0
Variável jovem	R\$ 48,00	R\$ 48,00	2

Fonte: Elaborado a partir do site da Caixa Econômica Federal³

O valor do benefício recebido varia conforme a condição de pobreza ou extrema pobreza, existência de gestantes, crianças e adolescentes nas famílias. O benefício básico destina-se unicamente às famílias que vivem em situação de extrema pobreza, isto é, com renda per capita mensal que não ultrapassa os R\$ 89,00. Nesses casos, não se vincula o recebimento à presença de crianças, adolescentes ou gestantes no domicílio, diferentemente do que ocorre com aqueles que se localizam na faixa da pobreza, a qual compreende a variação entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00.

Os benefícios variáveis se aplicam a ambos os grupos desde que satisfeitas as suas finalidades. Há um benefício variável de R\$ 41,00 condicionado à existência de crianças e/ou adolescentes com idade entre 0 e 15 anos, acumulável por até cinco vezes ao mês. Esse mesmo valor é pago quando existe gestante na composição familiar ou criança entre 0 e 6 meses de vida (variável nutriz). A variável à gestante pode ser paga por até nove meses e a variável nutriz, até seis. Já a variável jovem representa o valor de R\$ 48,00 mensais destinado aos domicílios com adolescentes entre 16 e 17 anos e pode-se acumular até dois benefícios (BRASIL, 2019).

A taxa de frequência escolar de jovens de 15 a 17 anos em 2018 atingiu o percentual de 88,2% (IBGE, 2019), ainda não alcançando a universalização da educação para essa faixa, conforme previsto na meta 3 Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014). Essa realidade justifica a existência do benefício “variável jovem”, visto que nas famílias que vivem em

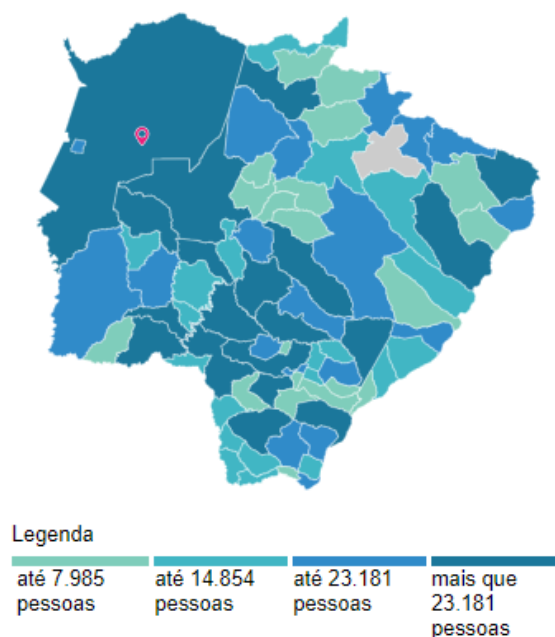
³ Disponível em: <http://www.caixa.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2020.

condições de severas privações materiais, os adolescentes são facilmente incumbidos de contribuir para a renda familiar.

Este programa tem sido foco de diversas pesquisas, as quais se desenvolvem a partir de diferentes perspectivas. A bibliografia referente ao Programa Bolsa Família (PBF) nos permite identificar um conjunto de temas que são recorrentes nas abordagens formuladas pela academia ou por órgãos governamentais a respeito do respectivo programa. Dentre os temas mais recorrentes, podemos destacar (i) os objetivos e os instrumentos de operacionalidade do PBF (ALMEIDA; SILVA, 2016; CARNELOSSI; BERNARDES, 2018); (ii) o monitoramento das condicionalidades fixadas (AMARAL; MONTEIRO, 2013; PIRES, 2013; ABREU; AQUINO, 2017); (iii) as relações entre o programa e o acesso aos serviços de saúde (DENES; KOMATSU; MENEZES-FILHO, 2018); (iv) a valorização das mulheres na composição e definição do orçamento familiar (AGUIAR, 2012); (v) e o impacto do PBF no desempenho escolar dos beneficiários – impacto mensurado a partir de fatores como frequência escolar, evasão, aprovação/reprovação e defasagem idade/série (CAVALCANTI; COSTA; SILVA, 2013; GONÇALVES; MENICUCCI; AMARAL, 2017).

Durante a revisão bibliográfica constatamos que a maior parte dos estudos publicados sobre o PBF segue uma racionalidade burocrática que é marcada, de um lado, pela necessidade de monitoramento dos efeitos deste instrumento de transferência de renda e de outro pelas discussões sobre custos/benefícios. A racionalidade burocrática, apesar de necessária para assegurar a transparência na aplicação dos recursos públicos e para viabilizar correções graduais no programa, apresenta pouco espaço para a opinião dos beneficiários. No entanto, estudos como os de Pires (2013), Testa *et al.* (2013), Zimmermann e Espínola (2015) contemplam a opinião dos beneficiários e são exceções importantes.

Sem desconsiderarmos a importância da racionalidade burocrática observada na bibliografia consultada, optamos por desenvolver outra perspectiva de abordagem do PBF, e no decorrer do ano de 2019 realizamos uma pesquisa na cidade de Corumbá (MS) para saber o que os estudantes e as mães dos beneficiários pensam sobre as intencionalidades, procedimentos e resultados do PBF, especialmente no que se refere à escolarização. A Figura 1 mostra a localização da cidade de Corumbá no estado de Mato Grosso do Sul.

Figura 1 – Localização de Corumbá no mapa do estado de Mato Grosso do Sul

Fonte: Retirado do site do IBGE⁴

O município de Corumbá é fronteiro com Bolívia e Paraguai, possui extensão territorial de 64.962,854 km² e conta com população que em 2019 foi estimada de aproximadamente 111 mil habitantes. Segundo dados do IBGE referentes ao ano de 2017, 15.626 pessoas estavam formalmente ocupadas, o que representava 14,2% da população do município (IBGE, 2020). A alta taxa de população economicamente ativa desempregada (ou subempregada) em Corumbá é um indicativo de que existe no município um grande contingente populacional que se enquadra na categoria de vulnerabilidade social, e, conseqüentemente, a cidade concentra um expressivo número de famílias beneficiadas pelo PBF: em junho de 2019 o programa atendeu 5.898 famílias (BRASIL, 2019).

Diante de um universo tão grande de beneficiários, para viabilizar o trabalho de coleta e análise dos dados, direcionamos a pesquisa para os estudantes matriculados no 1º ano do Ensino Médio em escolas públicas.

De acordo com as Sinopses Estatísticas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Corumbá contou com 4.361 matrículas no Ensino Médio em 2017, sendo que a maioria dos estudantes é do gênero feminino e de cor parda, como mostra a Tabela 2.

⁴ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 set. 2020.

Tabela 2 – Distribuição dos estudantes matriculados no Ensino Médio segundo gênero e cor no ano de 2017 em Corumbá

Gênero	Cor						Total
	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Não declarada	
Feminino	306	32	1.113	9	7	756	2.223
Masculino	309	20	1.048	4	8	749	2.138
Total	615	52	2.161	13	15	1.505	4.361

Fonte: Retirado do site do INEP⁵

Este direcionamento nos colocou diante de um grupo de alunos que era homogêneo no grau de escolaridade e que, hipoteticamente, concentrava muitos estudantes com a experiência de ter sido beneficiado pelo PBF ao longo do Ensino Fundamental. No entanto, o grupo era demasiadamente grande para os objetivos da pesquisa e foi preciso reduzir o número de escolas contempladas. Nesta redução, o critério determinante foi o número de estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família. Com base neste critério, elegemos uma instituição de ensino localizada na área central da cidade (escola B) e outra localizada na área periférica (escola A).

Com base nos dados do Sistema Presença referentes ao ano de 2017, 1.760 estudantes com 16 e 17 anos foram beneficiários do Programa Bolsa Família no município, sendo que 198 frequentavam a escola A e 126 a escola B.

Em relação aos estudantes de até 15 anos, a escola A contou com 343 matrículas, totalizando 541 beneficiários. Por sua vez, a escola B apresentou 283 beneficiários nesta faixa de idade, tendo, ao todo, 409 estudantes inscritos no Programa Bolsa Família.

A escola A possuía oito salas de 1º ano de Ensino Médio e a escola B, três, contabilizando cerca de 350 estudantes. Fizemos um levantamento inicial com todos os estudantes para identificar aqueles que eram beneficiários do PBF e localizamos 52 discentes cujas famílias recebiam o benefício. Estes foram convidados a participar da pesquisa. Posteriormente, a partir do quantitativo dos alunos beneficiários que aceitaram, estendemos o convite para os alunos não beneficiários, na intenção de compor dois grupos quantitativamente idênticos. Porém, a taxa de aceite foi baixa e a amostra ficou composta por 14 alunos beneficiários e nove não beneficiários, totalizando um conjunto de 23 estudantes. Os estudantes foram identificados pela letra P seguida de numeração, atribuída no momento em que fizemos o levantamento de beneficiários e não beneficiários em ambas as escolas.

⁵ Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 10 set. 2020.

Depois de receber dos alunos o Termo de Assentimento assinado, juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido dos responsáveis autorizando a realização da pesquisa, aplicamos um questionário com perguntas a respeito do PBF para o conjunto total dos 23 estudantes. Os dados foram analisados qualitativamente, por meio do recorte e categorização dos enunciados segundo os pressupostos da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016).

Os procedimentos metodológicos descritos de forma sucinta nos parágrafos anteriores foram necessários para assegurar a possibilidade de uma interpretação mais aprofundada sobre as percepções dos estudantes do Ensino Médio a respeito do PBF. Cabe ressaltar que o questionário aplicado contempla dois aspectos do PBF que são distintos, porém interconectados. São eles: a relação entre o PBF e a Educação e o papel do Programa no contexto mais amplo das políticas públicas de enfrentamento da pobreza no Brasil.

Concepções de estudantes do Ensino Médio acerca do Programa Bolsa Família e escolarização

Os 23 estudantes responderam a um questionário de perguntas abertas acerca de suas concepções em relação ao estudo e ao PBF. A análise dos dados apontou a existência de categorias: (1) Expectativa sobre a continuidade dos estudos; (2) Concepção sobre o PBF; (3) Condicionalidade de frequência escolar; (4) Contribuição do PBF para diminuição da pobreza. Tais categorias foram divididas em subcategorias, e estas organizadas em quadros. Na sequência, apresentamos os resultados iniciando pela subcategoria de maior recorrência em cada grupo de estudantes (beneficiários e não beneficiários).

(1) Expectativas sobre a continuidade dos estudos

Os alunos foram questionados sobre as expectativas apresentadas em relação ao prosseguimento dos estudos e foi possível observar que nem todos almejam ingressar na universidade ou em cursos técnicos. O Quadro 1 exhibe as subcategorias contidas em “Expectativa sobre a continuidade dos estudos”.

Quadro 1 – Subcategorias de “Expectativa sobre a continuidade dos estudos”

Beneficiários	Não beneficiários
Futuro melhor	Ensino Superior
Ensino Superior	Forças armadas
Empregabilidade	Positiva
Positiva	Empregabilidade

Fonte: Elaboração própria

A análise das expectativas dos estudantes acerca da continuidade dos estudos mostra que os não beneficiários do PBF tendem a traçar metas mais objetivas como: cursar uma faculdade (5) ou ingressar nas forças armadas (2), apresentando menor incidência as respostas vagas que expressam apenas a positividade das expectativas, sem apontamentos concretos ou que se resumem em “[...] ter uma profissão” (P1, 2019). No conjunto dos beneficiários, foi recorrente o desejo explícito de ter um futuro melhor (5), bem como entrar em uma universidade (5). A subcategoria “Empregabilidade” também emergiu significativamente (4), havendo também aqueles que simplesmente indicaram uma expectativa positiva (2).

Levando em conta que a subcategoria “Futuro melhor” esteve presente somente entre os beneficiários do PBF, sem relacionar-se diretamente à continuidade dos estudos, podemos inferir que a ausência desta subcategoria na fala dos estudantes não beneficiários é um indicativo da dificuldade em fazer projeções claras para adolescentes que convivem com privações socioeconômicas. Tal como destacado por Arruda (2017), pessoas que vivem em condição de pobreza tendem a depositar seus sonhos na satisfação das necessidades básicas para a subsistência. Observamos esta lógica na resposta do aluno P30 (2019), que manifestou o desejo de “[...] *ter um futuro melhor, tendo minha casa própria, meu carro, ter meu dinheiro com meu trabalho*”.

A subcategoria “empregabilidade” segue a mesma direção na medida em que mais importante que a função a ser exercida profissionalmente é a possibilidade de ter um trabalho, que, conseqüentemente, deve garantir a sobrevivência. Neste caso, é interessante observarmos a resposta do aluno P39 (2019), que disse esperar do futuro ter “um emprego” para se encaixar “na sociedade”.

De acordo com Nascimento e Barros (2018), a perspectiva neoliberal, que tem orientado a educação brasileira desde a década de 1990, pauta o processo educacional na busca de resultados imediatos, expressos em avaliações de larga escala, e não promove a emancipação humana a partir da compreensão das contradições da sociedade com vistas a superá-las. Nessa direção, compreendem-se as concepções que naturalizam as desigualdades sociais e limitam os horizontes dos que vivem em condição de pobreza.

(2) *Concepção sobre o Programa Bolsa Família*

Esta categoria nos mostra que os estudantes beneficiários possuem maiores conhecimentos sobre o PBF que aqueles que não recebem o benefício, o que é compreensível. Por outro lado, sugere que a população geral carece de informações sobre o funcionamento e

as finalidades do programa para que não cultivem ideias equivocadas. A seguir, as subcategorias relacionadas à “Concepção sobre o PBF”.

Quadro 2 – Subcategorias de “Concepção sobre o PBF”

Beneficiários	Não beneficiários
Incentivo ao estudo	Complemento de renda
Complemento de renda	Ajuda
Recurso insuficiente	Incentivo ao estudo
Relacionado a condicionalidades	
Ajuda	

Fonte: Elaboração própria

As subcategorias “Incentivo ao estudo” (5) e “Complemento de renda” (5) foram as mais incidentes entre os beneficiários do PBF. Na primeira, valorizou-se a relação do programa com a Educação: “[...] *é um programa com objetivo de incentivar o estudante a frequentar a escola e ter um bom desempenho na escola, e anular se possível, o índice de reprovação e com ela a taxa de analfabetismo e de desnutrição*” (P33, 2019); na segunda subcategoria, expressou-se o conhecimento sobre a finalidade do programa na diminuição dos efeitos da pobreza: “*É um programa que ajuda famílias carentes, com um valor em dinheiro mensalmente*” (P79, 2019). Houve ainda estudantes que revelaram compreender o PBF como um recurso insuficiente diante das necessidades (2) e o estabelecimento de relação com o cumprimento de condicionalidades (1): “*Tem que participar das reuniões, tem que ir ao posto, tem que estar em dia com a vacina, tem que estar em dia com a escola*” (P16, 2019). Por fim, a subcategoria “Ajuda” (1) em que vagamente se menciona algo semelhante a: “*Auxilia a família*” (P21, 2019). Esta última categoria foi a de maior recorrência entre os não beneficiários (4), juntamente com resposta que define o PBF como “Complemento de renda” (4). Duas respostas se referiram ao “Incentivo ao estudo”. Destas, destacamos a resposta formulada pelo aluno P138 (2019); segundo este estudante, o PBF “[...] *garante a essas famílias o direito à educação. Assim as crianças não precisam deixar de ir à escola para ajudar no sustento de casa.*”

Diante das respostas coletadas, constatamos que existe uma percepção muito simplificada sobre o PBF, sobretudo no segmento dos alunos não beneficiários que responderam ao questionário. A relação entre o benefício concedido e o incentivo para a continuidade dos estudos para famílias de baixa renda parece estar clara. No entanto, constatamos que a maior parte dos estudantes que respondeu o questionário pensou o PBF a partir da situação de vulnerabilidade das famílias beneficiadas, sem articular o programa como

o objetivo maior de superação do ciclo intergeracional de pobreza. Destarte, vale salientar que não somente a permanência, mas a qualidade da educação é determinante para essa superação, pois dela depende a apropriação da cultura historicamente elaborada capaz que propiciar a consciência crítica da realidade e, conseqüentemente, a emancipação (NASCIMENTO; BARROS, 2018).

(3) *Condicionalidade de frequência escolar*

A seguir, o Quadro 3 exprime as subcategorias ligadas às percepções dos discentes sobre a condicionalidade educacional imposta pelo PBF como requisito para o recebimento do benefício, a saber, a frequência escolar de pelo menos 85% dos dias letivos para crianças e adolescentes de até 15 anos de idade e 75% para adolescentes de 16 e 17.

Quadro 3 – Subcategorias de “Condicionalidade de frequência escolar”

Beneficiários	Não beneficiários
Contribuição	Concordância
Concordância	Contribuição
Obrigaçã	Discordância
Indiferença	Desconhecimento

Fonte: Elaboração própria

A subcategoria “Concordância” compreende o conjunto de respostas em que o estudante afirma estar de acordo com a exigência de frequência escolar, porém, sem apresentar justificativa. No grupo dos não beneficiários, foi a mais recorrente (6), seguida da que expressa a compreensão da condicionalidade como uma contribuição social (2): “*Concordo com a exigência, pois assim teremos mais condições de superar a situação de pobreza*” (P1, 2019). Um estudante não soube responder, e outro, posicionou-se contrariamente ao afirmar que não acha correto “*porque força um pouco o aluno a ir para a escola, na minha opinião, não deveria ter essa regra*” (P44, 2019).

Entre os estudantes beneficiários do PBF, a maioria concebe a exigência como uma contribuição que excede o sujeito (aluno) e se estende para o coletivo social. Como exemplo deste tipo interpretação que relaciona a exigência da frequência escolar com o interesse da sociedade, citamos a resposta do estudante P39 (2019): “*Essa exigência ajuda com que diminua a porcentagem de jovens na rua, e que possam ter uma chance em meio à sociedade, ao invés de estarem em vício de drogas e álcool*”. Quatro adolescentes manifestaram simples

concordância com a exigência, ao passo que um expressou indiferença, e dois a entendem como uma obrigação “*para continuar recebendo o bolsa família*” (P41, 2019).

As respostas coletadas, apesar de apresentarem variações, corroboram a afirmação de Pires (2013) a respeito da condicionalidade da frequência escolar fixada pelo PBF. De acordo com este autor, muitos beneficiários compreendem a condicionalidade de frequência escolar como a contrapartida da celebração de um contrato, e para o autor, essa relação de troca e reciprocidade favorece o senso de pertencimento e reconhecimento social. Nosso questionário não explorou o significado simbólico da condicionalidade da frequência escolar, como fez o estudo de Pires; contudo, captamos uma percepção predominantemente positiva sobre a exigência da frequência escolar mínima para a concessão do benefício.

(4) *Contribuição do Programa Bolsa Família para a diminuição da pobreza*

Nos dois grupos de estudantes houve concordância e discordância em relação à concepção de que o PBF contribui para a diminuição da pobreza. Os motivos da concordância foram mais convergentes que os da discordância. As subcategorias que compõem esta categoria são expostas no Quadro 4.

Quadro 4 – Subcategorias de “Contribuição do PBF para diminuição da pobreza”

Beneficiários		Não beneficiários	
Concordância	Discordância	Concordância	Discordância
Ajuda	Insuficiência de recursos	Ajuda	Insuficiência da condicionalidade
Formação acadêmica	Má administração	Formação acadêmica	Má administração
Satisfação de necessidades básicas	Uso indevido	Satisfação de necessidades básicas	
		Desconhecimento	

Fonte: Elaboração própria

Foram diversas as subcategorias que emergiram a respeito da contribuição ou não do PBF para o alívio da pobreza. Em ambos os grupos, a maioria acredita na efetividade do programa no cumprimento desta finalidade. São nove entre os beneficiários aqueles que enxergam positivamente o PBF no que tange à diminuição da pobreza, destes, quatro inserem suas percepções na subcategoria “Ajuda”, enfatizando sucintamente o auxílio prestado às famílias, mas sem expor os motivos para tal compreensão; três a relacionam com a “Formação acadêmica” e dois, com a “Satisfação de necessidades básicas”. Vejamos dois exemplos de respostas que enfatizam a satisfação de necessidades básicas: “*Eu acho que sim porque algumas pessoas conseguem se formar, cursar uma faculdade e conseguem emprego melhor*” (P25,

2019). *“No meu caso esse dinheiro chegou em boa hora, com esse dinheiro eu compro os meus materiais escolares, roupas e a nossa própria alimentação”* (P14, 2019).

Para os estudantes não beneficiários, os motivos para o sucesso da diminuição da pobreza seguem a mesma lógica das subcategorias do grupo anterior e associam-se à “Ajuda” (3), seguida por “Formação acadêmica” (1) e “Satisfação de necessidades básicas” (1), havendo um estudante que expressa concordância com a contribuição, mas alega não possuir maiores conhecimentos para apresentar justificativas. Exemplos de respostas: *“Sim, pois o dinheiro é utilizado para comprar materiais escolares”* (P7, 2019). *“Sim, pois ele ajuda com uma renda”* (P12, 2019).

Em contrapartida, sete beneficiários e três não beneficiários afirmaram que o PBF não conseguiu diminuir a pobreza. No grupo dos não beneficiários, duas respostas se inserem na subcategoria “Insuficiência da condicionalidade”. Um dos jovens acredita que o PBF mantém os estudantes beneficiários na escola tendo como única motivação o recurso financeiro (P138), enquanto outro afirma que ainda existem pessoas em idade escolar que trocam o estudo pela atividade laboral (P24, 2019). Também emergiu a subcategoria “Má administração”, na qual o estudante expressa a concepção de que existem pagamentos realizados indevidamente em virtude de fiscalização insuficiente.

Os beneficiários do PBF que não atestam sua efetividade na diminuição da pobreza o fazem, principalmente, com base na “Insuficiência de recursos” (4), uma vez que salientam o baixo valor do benefício diante das demandas da vida na atualidade: *“Não, pois o dinheiro que eu ganho é pouco para me ajudar nos estudos ou mais”* (P21, 2019). Contudo, um dos discentes desloca o foco do benefício e o deposita nas condições da escola:

De uma forma sim, e de outra não. Ele realmente atingiu seu plano, mas não adiantou muito, porque as escolas estão carentes de recursos, faltam livros, bibliotecas e professores, e sim, ele atingiu o objetivo ao aluno que tem menos preocupações com as coisas ao seu redor, mas outros alunos desistiram pela carência das escolas (P33, 2019).

A segunda subcategoria que expressa discordância entre os beneficiários foi “Má administração” (2), na qual afirmam que há famílias que necessitam do benefício e não recebem, ao passo que outras precisam menos e recebem um valor superior a famílias supostamente mais pobres. Essas declarações indicam desconhecimento das regras do programa, as quais consideram outros fatores além da renda em si, como número e idade dos filhos, por exemplo, conforme esclarecido na Tabela 1. Na subcategoria “Uso indevido”, um discente relata que existem beneficiários que usam o auxílio com despesas que não estão

relacionadas ao sustento da família ou à escolarização dos filhos. A opinião deste discente, apesar de ser uma exceção, merece uma breve reflexão. Acreditamos que a afirmação sobre o “Uso indevido” parte de um conhecimento limitado a respeito do PBF, uma vez que não existem restrições quanto ao uso do recurso recebido. No senso comum existe a ideia de que o recurso do benefício deve ser usado em itens de primeira necessidade, no entanto, o recurso pode ser usado para diferentes finalidades, como por exemplo, aluguel do imóvel, pagamento das taxas de água e luz, vestuário, móveis, medicação, etc. É importante frisar que o PBF é um complemento de renda que visa a garantia das condições mínimas de sobrevivência e a sua concessão não está condicionada a uma lista de gastos autorizados ou desautorizados pelo poder público.

As concepções dos estudantes sobre o PBF e a escolarização reforçam a importância da condicionalidade de frequência escolar para a superação da pobreza, embora as pessoas que sobrevivam em contextos de privação material tenham certa dificuldade em traçar objetivos audaciosos, sobressaindo-se a intenção de conseguir prover a própria existência com recursos oriundos do trabalho. Nessa perspectiva, retomam-se os dizeres de P33 no referente à qualidade da educação oferecida às camadas mais pobres da sociedade, visto que “*as escolas estão carentes de recursos, faltam livros, bibliotecas e professores*”. É interessante observarmos que a fala citada apresenta semelhança com a posição de diversos pesquisadores da Educação, na medida em que ressalta que não basta manter crianças e adolescentes pobres na escola sem oferecer as condições para o máximo desenvolvimento de suas potencialidades. Percebe-se a capacidade deste estudante em interpretar o problema do desempenho escolar para além da questão do benefício do PBF.

Ao discutirem a relação entre Educação e pobreza, Yannoulas, Assis e Ferreira (2012) advertem que medidas referentes à garantia de alimentação, uniforme, material escolar e outras, muitas vezes tidas como assistencialistas, não existem porque a escola pública recebe crianças consideradas “carentes”. Similarmente, as ações e os programas para a melhoria do desempenho escolar não são necessários para que preencham lacunas resultantes de “déficits” causados pela escassez de recursos materiais/culturais. As referidas concessões nada mais são que o respeito a direitos legalmente assegurados tanto na Constituição Federal como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Sob esse prisma, os autores salientam que a expansão quantitativa da escolaridade não é capaz de promover, por si só, a ampliação da justiça social. A permanência das crianças e adolescentes de contextos empobrecidos na escola deve estar acompanhada por aspectos qualitativos que considerem as

implicações de ordem econômica, política, cultural e educacional envolvidas no processo de escolarização a fim de propiciar as condições necessárias ao exercício da cidadania.

Considerações finais

No decorrer do artigo, analisamos as percepções socialmente construídas a respeito dos objetivos, procedimentos e resultados do Programa Bolsa Família. A análise explorou dados procedentes de duas escolas da cidade de Corumbá (MS) e contemplou 23 estudantes do primeiro ano do Ensino Médio, sendo 14 beneficiários do PBF e nove não beneficiários.

Considerando que o PBF está presente em todas as cidades do Brasil e, considerando ainda que a bibliografia consultada enfatiza a existência de diferenças regionais no público de beneficiários e no desempenho escolar que este público apresenta, estamos cientes de que os dados coletados na pesquisa não permitem generalizações. Contudo, acreditamos que os questionários respondidos pelos discentes do Ensino Médio de Corumbá – MS oferecem elementos importantes para uma reflexão sobre como a sociedade pensa e interage com o PBF.

Uma das conclusões da pesquisa diz respeito ao predomínio de uma percepção positiva sobre o PBF entre os estudantes do Ensino Médio de Corumbá. Com a ressalva de que observamos variados graus de positividade, a maior parte dos discentes concorda com a condicionalidade da frequência escolar obrigatória e acredita que o PBF contribui para a continuidade dos estudos dos beneficiários. No entanto, poucos estudantes relacionaram a concessão do benefício financeiro com a garantia de direitos mínimos ou com a superação do ciclo geracional da pobreza. A ausência de uma percepção mais elaborada sobre as intencionalidades do PBF aponta para a necessidade de maior abertura para discussão do programa no ambiente escolar. Acreditamos que as questões relacionadas ao PBF remetem aos conceitos de cidadania, políticas públicas e equidade social, e, conseqüentemente, demandam maior atenção das escolas e dos segmentos sociais diretamente envolvidos no ensino escolar, ou seja, discentes e docentes. Outra conclusão extraída dos questionários de estudantes é a diferença entre as expectativas de futuro de beneficiários e não beneficiários. Neste aspecto, importa ressaltar que os beneficiários, apesar de viverem em condições socioeconômicas desfavoráveis, também elaboram planos para o futuro e percebem a existência de uma relação entre o ensino escolar e as oportunidades profissionais, embora façam projeções menos objetivas em termos de carreira.

Para finalizar, consideramos pertinente registrar nossa concepção a respeito da importância da participação dos estudantes nas discussões sobre o PBF. Acreditamos que a

escola pode oferecer uma contribuição importante para a sociedade ao promover o debate sobre os objetivos do PBF e ao fomentar a discussão sobre a estrutura do programa e os resultados alcançados. Neste sentido, somos favoráveis à proposição de práticas de ensino que possibilitem o envolvimento dos alunos com as questões referentes às políticas públicas de enfrentamento da pobreza e que estimulem a compreensão crítica das desigualdades sociais que perpassam a realidade do Brasil.

AGRADECIMENTOS: O presente trabalho integrou o Curso de Aperfeiçoamento em Educação, Pobreza e Desigualdade Social (Versão Trajetórias Escolares), e foi realizado com apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

REFERÊNCIAS

ABREU, D.; AQUINO, J. A. Contexto familiar e cumprimento da condicionalidade de frequência escolar no Programa Bolsa Família no Ceará. **Educar em Revista**, Curitiba, Edição Especial, n. 2, p. 55-69, set. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.52955>

AGUIAR, N. F. **Diferenças de Gênero e Apoio à Pobreza no Programa Bolsa Família (PBF)**. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012.

ALMEIDA, M. L.; SILVA, J. L. G. Os programas de transferência de renda no Brasil e sua relação com a melhoria da qualidade de vida da população pobre e extremamente pobre: um estudo sobre o Bolsa Família. **G&DR**, v. 12, n. 3, p. 60-80, set./dez. 2016. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/2513>. Acesso em: 10 set. 2020.

AMARAL, E. F. L.; MONTEIRO, V. P. Avaliação de impacto das condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família (2005 e 2009). **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 3, p. 531-570, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582013000300003>

ARRUDA, P. A. **Programa Bolsa Família sobre o olhar dos beneficiários de um município do interior de São Paulo**. Orientadora: Zelia Zilda Lourenço de Camargo Bittencourt. 2017. 79 f. Dissertação (Mestrado em Saúde, Interdisciplinaridade e Reabilitação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, Edição Extra, p. 1, 26 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Bolsa Família**. Disponível em: <http://mds.gov.br/>. Acesso em: 25 jul. 2019.

CAPUCHA, L. M. A. **Desafios da pobreza**. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 2004.

CARNELOSSI, B. C. N.; BERNARDES, M. E. M. A condicionalidade de educação dos programas de transferência de renda: uma análise crítica do programa Bolsa Família. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 32, n. 1, p. 285-313, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2014v32n1p285>. Acesso em: 12 dez. 2018.

CAVALCANTI, D. M.; COSTA, E. M.; SILVA, J. L. M. da. Programa Bolsa Família e o Nordeste: impactos na renda e na educação, nos anos de 2004 e 2006. **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 99-128, jan./abr. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-98482013000100004>

DENES, G.; KOMATSU, B. K.; MENEZES-FILHO, N. Uma avaliação dos impactos macroeconômicos e sociais de programas de transferência de renda nos municípios brasileiros. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 72, n. 3, p. 292-312, jul./set. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.5935/0034-7140.20180014>

GEREMEK, B. **La piedad y la horca**. Historia de la miseria y de la caridad en Europa. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

GONÇALVES, G. Q.; MENICUCCI, T. M. G.; AMARAL, E. F. L. Diferencial educacional entre beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 47, n. 165, p. 770-795, jul./set. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/198053144297>

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Corumbá**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/corumba/panorama>. Acesso em: 26 fev. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

MINETTO; T. M.; WEYH, C. B. Educação e políticas públicas para a proteção da criança e do adolescente no contexto brasileiro. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. 4, p. 2123-2140, out./dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v14i4.9920>

MORELL, A. **La legitimación social de la pobreza**. Barcelona: Anthropos Editorial, 2002.

NASCIMENTO, F. P.; BARROS, M. S. F. O sistema capitalista a partir da década de 1990 e suas implicações na educação escolar brasileira. **Revista Ibero-Americana de Estudos em**

Educação, Araraquara, v. 13, n. 4, p. 1779-1791, out./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v13.n4.out/dez.2018.9815>

PIRES, A. Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família? **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 513-532, jul./set. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362013000300007>

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 43. ed. rev. Campinas, SP: Autores associados, 2018.

TESTA, M. G.; FRONZA, P.; PETRINI, M.; PRATES, J. C. Análise da contribuição do Programa Bolsa Família para o enfrentamento da pobreza e a autonomia dos sujeitos beneficiários. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 6, p. 519-541, nov./dez. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122013000600009>

ZANELLA, M. N. Implantação do menorismo na América Latina no início do século XX: tendências jurídicas e políticas para a contenção dos mais pobres. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp. 3, p. 1750-1766, out. 2019. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v14iesp.3.12761>

ZIMMERMANN, C. R.; ESPÍNOLA, G. M. Programas sociais no Brasil: um estudo sobre o Programa Bolsa Família no interior do Nordeste brasileiro. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 28, n. 73, p. 147-164, jan./abr. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792015000100010>

WOOLF, S. **Los pobres en la europa moderna**. Trad. Teresa Comprodón. Barcelona: Editorial Crítica, 1989.

Como referenciar este artigo

MARTINS, B. A.; RÜCKERT, F. Q. Educação e pobreza: o programa bolsa família na percepção dos estudantes do ensino médio em Corumbá-MS. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. esp. 3, p. 2260-2277, nov., 2020. E-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v15iesp3.14433>

Submetido em: 20/07/2020

Revisões requeridas em: 30/08/2020

Aprovado em: 29/09/2020

Publicado em: 30/10/2020